

Políticos disputam as vagas e esquecem debate

LEITE FILHO
Da Editoria de Política

A disputa pelos cargos eleitorais está impedindo a deflagração do grande debate nacional que se esperava, quando o Congresso aprovou no final do ano passado a emenda do Governo convocando a Assembleia Nacional Constituinte.

Envolvidos pela briga de espaços dentro dos próprios partidos, os políticos, com ou sem mandato e de qualquer matiz ideológico, ainda não cumpriram a promessa de ir ao povo nas praças públicas para captar seus anseios e carrear-los na elaboração da nova Constituição brasileira.

A sete meses da eleição, os debates pela Constituinte, que deveriam abranger todas as camadas sociais do Brasil, se resumem a uma comissão designada pelo Governo, presidida pelo jurista Afonso Arinos, e que se reúne uma vez por mês.

PODER ECONÔMICO

A grande mística da Constituinte está ainda ameaçada pelo emprego do poder econômico, que financiaria a eleição de 300 constituintes (mais da metade do total de 559 a serem eleitos), por uma "caixinha" de empresários, segundo denúncia do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Na Câmara, uma comissão de deputados integrantes de todos os partidos, instalada no início do ano com o propósito de articular o debate do povo, a partir da mobilização das câmaras de vereadores e das assembleias legislativas, também desapareceu na voragem da campanha eleitoral.

Presidida pelo deputado paraense Alencar Furtado, que deixou o PMDB, a comissão tinha o propósito de neutralizar a pré-constituinte de

Afonso Arinos, considerada excessivamente elitista e conservadora e apresentar seu próprio anteprojeto de Constituição, depois de ouvir o povo nos comícios, durante a campanha eleitoral.

Foi até montado um esquema, envolvendo uma rede de computadores, comandada pelo Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), para fazer a comunicação da comissão central de Brasília com subcomissões instaladas nas assembleias e câmaras municipais.

Nada disso, porém, foi feito até agora, e o esvaziamento da Câmara, determinado pelos preparativos da campanha, que mantém os deputados nas bases eleitorais, parece indicar que pouca coisa poderá ser feita para atingir aqueles objetivos.

APELO VAGO

Por outro lado, o alto custo da campanha — estima-se que uma cadeira na Câmara custará um milhão de dólares — não tem motivado os políticos para se lançarem a uma ofensiva em favor de uma Constituição mais justa e democrática.

O apelo da Constituinte se afigura também muito vago, o que dificulta ainda mais a campanha, pois o eleitorado não estaria se deixando sensibilizar pelo que vai determinar a nova Constituição, talvez por saber previamente que a lei maior do País nem sempre é obedecida, seja ela nova ou velha.

Com os olhos dirigidos para a reeleição ou a eleição para cargos mais altos, os políticos se inclinam a debater questões mais concretas, como o pacote econômico, que congelou os preços, a exemplo do que ocorre com os peemdebistas ou pefelistas, ou com a aprovação da eleição direta do presidente da República, ain-

da este ano, como querem os pedetistas e os petistas.

A simples elaboração de uma nova carta constitucional não tende a mudar muito as coisas, a julgar pelo descumprimento, por muitos, dos dispositivos da atual, alguns dos quais de conteúdo altamente democrático, do ponto de vista social.

É o caso, por exemplo do artigo 165, que "assegura aos trabalhadores um salário mínimo capaz de satisfazer as suas necessidades normais e as de sua família", quando se sabe que 800 cruzados, o valor atual do salário mínimo, mal dá para o sustento de uma única pessoa.

PARLAMENTARISMO

O debate pela Constituinte foi ainda seriamente comprometido pela posição dominante na pré-constituinte de reintroduzir no Brasil o parlamentarismo, um regime que foi posto abaixo por um plebiscito em 1963, depois de uma curta e desastrosa experiência de um ano e três meses.

Vista com receios dentro do próprio Governo que criou a comissão, a proposta do parlamentarismo, em princípio destinada a impedir a ascensão ao poder de líderes carismáticos, acabou também se esvaziando por si mesma, para morrer, de vez, com a decretação do plano de inflação zero.

Frustradas todas estas tentativas, a Constituinte só tem agora a consolá-la em anúncio na TV Globo, feito em convênio com o Senado, que se limita a vagamente chamar o povo a participar nas decisões do poder, se engajando na mobilização popular em torno da nova Constituição. Ela é também citada para florescer os discursos de políticos do Governo e da oposição, mesmo assim, só de passagem e sem maiores comprometimentos.